

Dossier

PRIMEIROS-MINISTROS NA PAZ E NA GUERRA

Recordando
**Margaret Thatcher
e Winston Churchill**



A Dama de Ferro

Recordando Margaret Thatcher

Margaret Thatcher e Ronald Reagan não exprimiram primordialmente uma vitória da direita sobre a esquerda. Exprimiram e alcançaram uma vitória do bom senso do homem da rua sobre as ideologias colectivistas que tinham embriagado, ou amedrontado, boa parte das elites ocidentais durante a década de 1970.

A notícia da morte de Margaret Thatcher atingiu-me em Porto Alegre, no Brasil, onde vai ter início hoje ao fim da tarde (escrevo na segunda-feira) o Fórum da Liberdade. Trata-se de um encontro anual, agora na 26.ª edição, com mais de cinco mil pessoas, que celebram os valores da liberdade e responsabilidade pessoal. Estaremos certamente todos de luto, no Fórum, logo à tarde, em homenagem a Margaret Thatcher – a maior líder política britânica do século XX, depois de Winston Churchill.

Hoje em dia, por vezes, alguns amigos da liberdade manifestam dúvidas sobre a viabilidade de conseguir limitar o poder crescente do Estado em regimes democráticos fundados no sufrágio universal. Receiam que a maioria do eleitorado seja sempre favorável a maior intervenção e mais subsídios do Estado. É um erro que Margaret Thatcher nunca cometeu.

Thatcher alcançou três maiorias absolutas e, como candidata a primeira-ministra, nunca perdeu uma eleição popular. Esses foram os factos que ela própria me recordou, quando tive a honra de conversar com ela, há uns dez anos, nos *Cabinet War Rooms*, em



POR
João Carlos Espada

Director do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa. Director de *Nova Cidadania*

Londres, por ocasião do lançamento de um livro sobre Churchill, de quem era incondicional admiradora.

Thatcher sabia que o ideal do Governo limitado emergiu em Inglaterra,

“

Thatcher alcançou três maiorias absolutas e, como candidata a primeira-ministra, nunca perdeu uma eleição popular

com a Magna Carta de 1215, em íntima associação com o ideal de Governo representativo que presta contas ao eleitorado. Foi por isso que ela me recordou que o seu programa de redução do intervencionismo estatal nunca perdera uma eleição popular. Mas também não foram só três maiorias absolutas o que Margaret Thatcher alcançou. Como escrevi neste mesmo jornal há mais de vinte anos, em 27 de Novembro de 1990, no exacto dia da segunda volta da eleição para a chefia do Partido Conservador após a saída de Thatcher, “o balanço do reinado da sra. Thatcher é bastante mais simples do que tem sido dito e pode ser descrito assim: antes dos mandatos de Thatcher e Reagan, discutiam-se modelos para um “socialismo de rosto humano”. Depois deles, discutem-se modelos para “um capitalismo de rosto humano”. A meu ver, o progresso foi inestimável.”

O trabalhista Tony Blair concordaria certamente com esta observação, de que ele foi um dos melhores exemplos. Ele aboliu a famosa cláusula IV do programa do Partido Trabalhista, na qual se reclamava a colectivização dos principais meios de produção. E declarou que a esquerda moderna já não aspirava a uma espécie de colectivismo democrático, mas apenas a uma redistribuição mais justa da riqueza produzida por uma

economia de mercado – a qual, reconheceu, constitui o melhor mecanismo para gerar riqueza e liberdade. Esta foi, sem dúvida, uma das principais e mais duradouras vitórias da Sra. Thatcher.

Outra grande vitória, que protagonizou com Ronald Reagan e, noutra dimensão, com João Paulo II, foi a queda do muro de Berlim e a implosão do império soviético. Hoje, quase todos esses países, embora ainda não todos, dispõem de economias de mercado e democracias liberais. Passaram a existir partidos livres, uns mais à direita, outros mais à esquerda. E o que eles discutem não é como criar um socialismo de rosto humano, mas, mais precisamente, que políticas adoptar para ter um capitalismo de rosto humano. Para avaliar a diferença, basta perguntar a um polaco, ou a um checo, ou a um eslovaco, ou a um cidadão de uma das repúblicas bálticas.

Em rigor, Margaret Thatcher e Ronald Reagan não exprimiram primordialmente uma vitória da direita sobre a esquerda. Expressaram e alcançaram uma vitória do bom senso do homem da rua sobre as ideologias colectivistas que tinham embriagado, ou amedrontado, boa parte das elites ocidentais durante a década de 1970. Thatcher e Reagan fizeram-no sem dúvida partindo da direita. Bill Clinton e Tony Blair completaram o regresso do bom senso, partindo da esquerda.

Receio bem, todavia, que esse bom senso esteja de novo a cair no esquecimento e que estejamos a assistir a um regresso das crenças estatistas. Para além dos disparates sobre o imaginário “modelo chinês”, o mundo ocidental parece hoje de novo confrontado com uma situação muito semelhante à que Margaret Thatcher enfrentou em 1979: Estados falidos, crescimento medíocre ou inexistente, desemprego-recorde, impostos altos. Quem disse que a mensagem de Margaret Thatcher estava ultrapassada?

MARGARET THATCHER E A EUROPA

Enquanto se aguarda o funeral de Margaret Thatcher, na próxima quarta-feira, o debate sobre o seu legado tem prosseguido na imprensa mundial. Um aspecto curiosamente pouco escrutinado tem sido o da sua posição sobre o projecto europeu.

É hoje sabido que foi esse o tema crucial que levou à sua queda. A intransigência de Thatcher foi vista por muitos dos seus colegas de governo e de bancada como “out of touch”. Estaria a conduzir ao isolamento do Reino Unido face à Europa e acabaria por prejudicar a relação anglo-americana. Já nessa altura era pressentido o que recentemente foi afirmado em público, em Londres, por um responsável norte-americano: que, para a América, a Inglaterra era importante no coração da Europa, não fora dela.

Muitos analistas consideram, por isso, que o ponto fraco de Margaret Thatcher foi a questão europeia. E têm sem dúvida razão no que diz respeito ao motivo central da sua queda. Mas também é possível argumentar que Margaret Thatcher marcou o posicionamento britânico face à União Europeia até aos nossos dias. E há analistas que sugerem que uma inesperada convergência anglo-alemã pode estar a emergir – ao longo de linhas não muito distantes das que Thatcher sugerira há mais de vinte anos.

A visão de Thatcher sobre a União Europeia foi sumariada no célebre discurso no Colégio da Europa, então ainda apenas existente no campo original de Bruges, em Setembro de 1988. Vale a pena relê-lo. Em vez de uma visão nacionalista e anti-europeia, Thatcher reafirmou o seu orgulho na civilização europeia, da qual via a Inglaterra como parte integrante. Mas sublinhou que essa civilização assentava na variedade e na pluralidade de tradições nacionais, bem como no respeito e colaboração entre as nações europeias. Chegou mesmo a dizer que, em vários momentos da história europeia, a Inglaterra tinha vindo em auxílio desses princípios, contra tentativas de os subordinar por impérios centralizados.

Em seguida, Thatcher esboçou a sua visão do projecto europeu: um vasto espaço de cooperação entre estados-nação soberanos, garantindo por mútuo acordo as liberdades de circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, mas remetendo sempre a soberania política para os parlamentos nacionais. Recusou então a criação de um “super-Estado europeu”, uma expressão que chocou uma boa parte das elites europeias – e uma boa parte dos seus colegas ingleses.

Este discurso terá iniciado o movimento de mal estar que levou à sua queda. Mas, com o benefício do olhar re-

trospectivo, não é difícil observar que a posição britânica em matérias europeias não se afastou muito do que Thatcher disse em Bruges. Os ingleses ficaram fora da moeda única e continuam a reclamar a devolução de poderes para os parlamentos nacionais. Defendem medidas que reforcem o mercado único europeu, mas opõem-se a regulamentações centrais e ao reforço do orçamento central. David Cameron chegou agora ao ponto de prometer um referendo sobre a presença britânica na Europa.

Na questão do euro, a Inglaterra chegou na altura a propor uma moeda comum, por oposição à moeda única. Era uma proposta curiosa, que permitiria a cada país manter a sua moeda, em paralelo com a criação de uma moeda europeia, reconhecida por todos, mas que circularia em concorrência com as moedas nacionais. Teria a vantagem de permitir a cada país ajustar a sua própria moeda às condições nacionais, estando no entanto cada uma sujeita à disciplina impessoal da concorrência com outras moedas.

Agora é talvez demasiado tarde para repensar essa proposta. Mas, ela não deixa de ser intrigante, à luz dos desenvolvimentos da moeda única.

A zona euro está a caminhar para escolhas decisivas que não podem deixar de fazer pensar nos alertas de Margaret Thatcher. Os países deficitários na zona euro enfrentam níveis de desemprego e estagnação económica sem precedentes. Não podem desvalorizar as suas moedas, porque já as não têm. Não podem recorrer a choques de redução fiscal e relançamento pela oferta – as receitas que seriam preferidas por Thatcher – porque têm de seguir os critérios da zona euro.

Uma alternativa a longas recessões e imprevisíveis perturbações sociais residiria, sobretudo para os políticos da Europa do Sul, num salto em frente de natureza federador: a criação de transferências automáticas, a federação das dívidas nacionais, a emissão de obrigações europeias. Mas estas medidas são anátema para os eleitorados dos países do Norte. Arriscam-se a acentuar, em vez de diminuir, as tensões na zona euro.

Margaret Thatcher pode ter sido incapaz de compreender os “ventos da história” em matéria europeia. Mas não faríamos pior se recordássemos os seus alertas. ■

In «Público», 9 e 15 de Abril de 2013